

ÍTEGRA

“Nós vamos fazer uma nova sociedade”

Esta é a íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na reunião gerencial de avaliação do 1º Ano do Programa Brasil em Ação, no Palácio do Planalto:

Ministros, Altos funcionários aqui presentes, Nós queremos aproveitar essa oportunidade para, no dia de hoje, quando o Programa Brasil em Ação completa 1 ano, fazermos uma pequena exposição a respeito dos avanços ocorridos neste período e dizer que, se foi possível organizar de uma maneira mais complexa, e ao mesmo tempo mais eficiente, o conjunto de atividades composto por esses 42 projetos do Brasil em Ação, é porque nós temos um Plano Plurianual. E esse Plano Plurianual redirecionou aquilo que é essencial para qualquer país que queira avançar. É o sentido estratégico das ações de governo.

Não verdade, nesse programa do Brasil em Ação, o que nós estamos fazendo é dando maior eficiência às metas que estavam definidas no Plano Plurianual e selecionando, dentre um conjunto muito grande de operações que estão previstas no Plano Plurianual, quais seriam aquelas que, realmente, mereceriam uma atenção toda especial por parte do governo. Daí esses 42 projetos, ou seja, eles não extinguem, não extinguem, melhor dito, o conjunto de ações do governo. O governo tem, realiza um conjunto muito maior de ações, muitas das quais são ações também de importância grande e que reestruturam o funcionamento não só do governo mas da economia e da sociedade brasileira.

Já tenho, em muitas ocasiões, ouvido de alguns setores do País: Ah, mas o meu Estado não está no Brasil em Ação. É uma percepção equivocada. Primeiro, porque o que está contemplado pelo Brasil em Ação terá um alcance muito mais amplo que, pura e simplesmente, estar localizado. Segundo lugar, porque há outros programas que complementam o Brasil em Ação. De qualquer forma, o que é preciso insistir, hoje, aqui, é no fato de que, efetivamente, nós voltamos a ter a capacidade de definir o nosso rumo.

O governo tem um projeto. Esse projeto não é um projeto do Estado, é um projeto do país. Não é um projeto nacional no sentido antigo, em que um conjunto de pessoas, geralmente ideólogos, se reunia para definir como é que o Brasil deve ser e, através de ações de Estado, ia alterando as condições da realidade. Hoje é diferente. É um projeto que recolhe as aspirações que já estão em marcha no país, que as ordena e que não imagina que o Estado sozinho possa ser o instrumento da realização das aspirações nacionais. Pelo contrário, chama a atenção para que a sociedade participe na sua integralidade. Daí que, mesmo havendo um programa, como nós temos, de austeridade fiscal, uma preocupação, digamos, atar o que sobressai com a questão da moeda e do controle da inflação, nós precisamos ter definido um conjunto de obras importantes que permitiram que o Brasil jamais beirasse a recessão.

Esses recursos não são recursos do governo exclusivamente, são recursos da sociedade, e muitas vezes já estavam em marcha. E o que nós estamos fazendo é simplesmente, digamos, atar os nós necessários e desatar outros tantos, para que o Brasil possa ter um rumo com coerência. Mas, nesse sentido, eu acredito que — e por isso pedimos aqui que iniciássemos a nossa conversa esta manhã com esse mapa que mostra o aprofundamento do caráter estratégico do Programa Brasil em Ação — nós temos um sentido que deve ser o Brasil e qual é a direção fundamental que está ordenando o conjunto das atividades do governo e da sociedade. E nós estamos fazendo isso em conjunto com a sociedade.

Eu não preciso descrever este mapa que os senhores conhecem, mas vêem que aí existem obras de infra-estrutura, de infra-estrutura viária, de portos, de rodovias, de hidrovias, de infra-estrutura energética, de gás, de petróleo, de geração de hidroeletricidade, mas também de termoeletricidade, enfim, um conjunto de obras e, por outro lado, essa visão estratégica não é uma visão, digamos, de infra-estrutura, pelo contrário, entre os projetos fundamentais do Brasil em Ação, estão programas sociais.

Há um conjunto de ações para o qual nós chamamos a atenção e que tem a ver com o que se chama a ação social do governo da sociedade. A questão de geração de emprego — eu já chamarei a atenção para isso —, a questão da educação, a questão da saúde, enfim, um conjunto de atividades que dizem respeito realmente a um sentimento do país, da sociedade. Não se trata de obras feitas pelo governo, não se trata somente de obras feitas em conjunto pelo governo e pela iniciativa privada. Não se trata disto financiado aqui dentro e lá fora. Trata-se de muito mais do que isso. Trata-se da recuperação da nossa capacidade de entendermos que aqui nós estamos construindo uma grande nação e que não se constrói uma grande nação, senão quando se tem, também, a capacidade de motivar e de orientar o conjunto de nossas atividades para a área social, seja na habitação, seja na saúde, seja na educação, no conjunto daquilo que significa a melhoria do bem-estar da população.

Bom, dito isso — e eu vou retornar no final a esse mapa — eu queria dizer que hoje nós podemos comemorar o fato de que em um ano apenas de realização desse Programa do Brasil em Ação nós conseguimos antecipar algumas metas, e conseguimos reduzir custos e conseguimos uma forte indução de decisões privadas de investimentos.

No que diz respeito à superação de metas eu vou mencionar algumas delas aqui, para que se tenha uma noção mais exata de quanto nós andamos no decorrer deste ano. Carta de Crédito: Carta de Crédito foi um programa estabelecido no âmbito da Caixa Econômica Federal em cooperação com a Secretaria de Habitação do Ministério do Planejamento e que inovou o modo pelo qual se dava acesso ao crédito para o financiamento da casa própria.

No começo, o Programa foi, de alguma maneira, engatinhando. Hoje, nós estamos superando as metas que havíamos antecipado como as metas possíveis. Nós já che-

gamos a 105 mil cartas de créditos. Concedemos 105 mil cartas de créditos. Mas o importante não é que tenhamos concedido 105 mil cartas de créditos da Caixa Econômica, é o ritmo que se dá. No começo, digamos, isso ia a mil por mês, agora nós chegamos a 15 mil num mês só, que foi o mês de junho. E vai numa certa velocidade, de tal maneira vamos poder, efetivamente, chegar à concessão de muito mais do que havíamos imaginado no começo do nosso programa, podendo atingir cerca de 300 mil cartas de crédito, até o fim de 98.

Por traz da Carta de Crédito está uma modificação grande na estrutura burocrática da Caixa Econômica, na relação da Caixa Econômica com o Ministério do Planejamento, na facilidade que hoje tem aquele que deseja a Carta de Crédito para obtê-la, porque houve um processo de desburocratização da papelada necessária, e assim por diante, e, como consequência, ativação do setor de construção, que está começando.

Mas os jornais têm dado conta hoje de que, se num dado momento o que motivou, o que levou adiante o processo de crescimento da nossa economia foi a expansão dos bens de consumo, sobretudo os bens de consumo duráveis, e esses bens de consumo durante eles tiveram um crescimento de 20%, 30% de um para outro, que é uma coisa espetacular. É óbvio que nós não podemos manter, nem é conveniente, este ritmo, eles vão continuar crescendo a partir de um patamar mais elevado. Pois bem, se isso foi o que impulsionou, agora não. Agora são bens de capital, obras de infra-estrutura e construção civil. Isso tem muitas vantagens, sobretudo na questão da construção civil, porque induz a atividades domésticas do mercado interno, não tem um componente de material importado forte, não pesa sobre a balança comercial e da emprego. Então, esse é um programa que nós estamos antecipando.

Mas não é só isso, não. Nós avançamos também na área educacional, por exemplo, nos recursos centralizados distribuídos às escolas e na questão da televisão à distância. Esses programas tiveram êxito muito grande. A televisão na escola à distância — TV Escola. Hoje nós temos cerca de 50 mil postos no Brasil todo. Ainda semana passada eu visitei um deles com o ministro Paulo Renato, em Santa Fé do Sul, no Estado de São Paulo.

Cinquenta mil, parece uma coisa simples. Mas 50 mil localidades nesse imenso Brasil, por aí, que nós vimos no mapa, não é fácil de instalar, de motivar. E nós estamos fazendo uma pesquisa, nesse momento, para saber qual é, realmente, a utilização da TV Escola. Está quase terminada essa pesquisa onde se vai verificar onde é que há deficiência, como é que é utilizada. É utilizada para quê? Para repetição da aula, para o treinamento do professor? Quais são os problemas que aí se colocam? De qualquer maneira, é um programa que avançou e está já com a meta mais do que cumprida. Estamos antecipando a meta da mesma forma como antecipamos as metas no que diz respeito à questão dos recursos centralizados na escola, o recurso que vai diretamente à professora. E isso induz a uma relação muito mais direta, entre o professor, o pai do aluno, a direção da escola. Enfim, provoca, também, uma modificação, digamos, no espírito de convivência comunitária da escola. E esse programa também está à frente da meta.

Na área relativa aos programas de geração de emprego que são, basicamente, do Ministério do Trabalho, houve um avanço enorme. Eu não quero cansá-los com numeração, mas, na verdade, é bastante impressionante o modo pelo qual foi possível executar essas metas. Nós aplicamos 2 bilhões e 600 milhões de reais em um número superior a 400 mil operações. E o programa gerou 540 mil empregos, quer dizer, avançou muito. Avançou muito também um outro programa que é próximo a esse, que é o treinamento de qualificação profissional. Isso muitas vezes desaparece nessa imensidão de programas que nós temos, e esse programa não é realizado pelo Ministério do Trabalho.

O Ministério do Trabalho faz convênios com os governos dos Estados, com as prefeituras, com os sindicatos e por aí vai. Uma boa parte da obra do Governo Federal reaparece na obra dos governos municipais e estaduais, muitas vezes anonimamente. Não nos preocupa isso. Nós não estamos aqui disputando quem tem nome na placa. Nós estamos disputando outra coisa, é a consciência no Brasil de que o Brasil está avançando. E isso é o que conta. Não importa saber se avançou porque fez esse ou fez aquele, fizemos todos. O que importa é que nós estamos, realmente, avançando.

No caso da meta de recursos centralizados na escola nós já cumprimos 80% da meta. E nós ainda estamos em 97, ainda temos um tempo enorme pela frente. Na carta de crédito, 75% da meta. Enfim, são programas nos quais nós estamos efetivamente avançando e avançando muito. Além outros projetos ainda não apresentamos um resultado palpável assim, mas já têm sinais muito fortes do seu êxito. Vou me referir basicamente ao Pró-Emprego, que é também do Ministério do Trabalho, e que avança, o Pronaf. São dois. No Pró-Emprego nós temos 9 bilhões orçados e 6,7 bilhões já estão integrados na carteira de projetos. No Brasil nós falamos de bilhões como se fossem querelas, mas é muito recurso. Muito recurso que está fluindo pelo país agora para poder, efetivamente, manter o nível de qualificação de atividade, o aumento dos empregos, etc.

No caso do Pronaf é mais bem interessante também. Por quê? O Pronaf é um programa para apoiar a atividade agrícola familiar. Definido para agricultura familiar, aquela que utiliza, no máximo, dois empregados e em que o básico da mão-de-obra e do gerenciamento é feito pela mesma família. É um programa essencial. Por quê? Não adianta fazer assentamentos rurais se não houver apoio para que a agricultura familiar se mantenha. E quanto mais a agricultura existe, menos necessidade haverá, também, de programas de assentamento, porque já, por conta própria, as famílias do campo estarão funcionando. Esse programa não existia. Foi criado, até por instância da CONTAG, no começo do governo. Pois bem, o crescimento desse

programa foi muito grande. Nós passamos de 30 e poucas mil famílias e uma base de recursos bastante acanhados. O ano passado foram 300 e tantos milhares. Foi mais, foram 600 milhares. Esse ano nós temos um bilhão e meio de recursos para essas famílias. Já atendemos cerca de 147 mil famílias até agora, neste ano, nesse programa de agricultura familiar. Ele tem uma taxa de juros de 6,5%. Como a inflação está por volta de 5, o juro é 1,5%. Tem prazo de carência.

Nós mudamos o sistema e aí entraram o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. Qual é o mecanismo? Vai ter um negócio chamado BB Rápido, quando o Banco do Brasil que dá uma espécie de cartão de crédito rotativo, que vale por cinco anos, um cheque especial. E a pessoa só paga os juros do recurso realmente utilizado. Enquanto estiver na carteira dela, na conta dela não está pagando juros, só quando está utilizando é rotativo. Paga e automatizadamente tem o crédito. São créditos pequenos, de R\$ 5 mil.

Só para quem viu de perto — como eu vi no Nordeste, como eu vi em Sergipe, como eu vi no Nordeste (está aqui o Dr. Byron), como eu vi nas conversas que tenho tido com a direção do Banco do Brasil — pode imaginar ou ter a visão mais concreta, mais do que à imaginação, do que significa um crédito de R\$ 5 mil. Pode parecer, visto dos olhos de quem está acostumado com os grandes números dos bilhões pode parecer nada, mas para quem está lutando para poder ter um mínimo de recursos para funcionar a sua pequena unidade de produção é um avanço muito grande. Pois bem, nós estamos, nesse caso do Pronaf, eu creio que há de sobra elementos para acreditar que é um programa que, realmente, hoje tem viabilidade, é um programa que teve aceitação e que vai ajudar muito o avanço do Brasil nessa matéria.

Alguns outros programas já têm a sua conclusão antecipada claramente, por exemplo o Porto de Sepetiba. Vamos antecipar em 4 meses o término do Porto de Sepetiba, da primeira fase do Porto de Sepetiba, em agosto. O Porto de Sepetiba era um sonho, depois passou a ser uma dor de cabeça, porque não se conseguia organizar um sistema para passar recursos do BNDES para a Doca Santos. Os senhores que são habituados ao jogo burocrático sabem como é difícil viabilizar esses projetos. Pois bem, hoje não só, eu fui lá, vi o Porto de Sepetiba, nós estivemos por lá para ver, numa certa fase, já está avançada. E nesse momento nós já vamos antecipar em 4 meses, em agosto vamos antecipar o término disso.

Com o Porto de Sepetiba, a parte do governo, digamos é apenas seminal, na verdade vêm os investimentos privados num montante muito grande e que vão, realmente, viabilizar um porto de primeira linha, já um porto, digamos, de contêineres. Nós já estamos com todo o retroprojeto preparado. Isso vai viabilizar enormemente a parte de infraestrutura ferroviária, portação, de minérios, enfim, é uma mudança e é um novo pólo de desenvolvimento no Rio de Janeiro.

Xingó também. Vamos concluir Xingó dois meses antes. O mês que vem está terminada Xingó. E Xingó tranquiliza a oferta de energia para o Nordeste. Não fosse Xingó, nós estaríamos em mais lençóis. Agora, além disso, como os senhores sabem também, não está aqui nos 42, nós estamos fazendo a interligação de todo o nosso sistema elétrico. Isto é uma pequena revolução. Nós só estamos interligando Norte, Sul, Leste, tudo, como estamos também preparando a ligação com outros países. Além do Paraguai, temos a Argentina, Uruguai e mais adiante com a Venezuela. Então isso são coisas muito importantes.

A Fernão Dias Paes nós estamos duplicando, realmente, em 6 meses antes do prazo marcado, a primeira fase estará feita e a Fernão Dias Paes é a maior obra viária em andamento que se saiba nessas paragens. Na verdade não é só a Fernão Dias. Mas nós estamos duplicando a BR-116 e a BR-101, que dizer, de Minas Gerais, de Belo Horizonte vai a São Paulo, de São Paulo a Curitiba; de Curitiba vai até Santa Catarina, passamos por Santa Catarina (está em obras) vamos chegar lá em Osório, no Rio Grande do Sul. Quer dizer, é uma obra imensa e que está em marcha.

Bom, nós também podemos dizer que, em função de todo esse estilo de gerenciamento que está sendo feito aqui, que nós conseguimos, também, digamos dar maior envergadura e dimensão estratégica certos projetos. O exemplo mais palpável eu acho que é esse relativo ao Pró-Água.

Ainda ontem o ministro Clóvis me mostrou uma fotografia sobre o avanço das obras hídricas do Nordeste. O ministro Krause sabe disso. As obras do Nordeste que estavam paralisadas há muito tempo, nós retomamos muitas dessas obras, retomamos, estamos fazendo o acude do Castanhão, que vai levar tempo ainda, é um acude 3 vezes maior que Orós. Estamos fazendo a adutora do Oeste lá em Pernambuco. Estamos fazendo Jucuzinho, lá em Pernambuco. Estamos fazendo lá na Paraíba, o Canal de Souza. Enfim, para dar alguns exemplos. São muitos. Mas o que é mais importante disto tudo que era visto como obra isolada, hoje nós temos uma visão conjunta nesse projeto Pró-Água, temos o financiamento que está aí próximo a ser obtido e a utilização, que não adianta ter, esses enormes acudes sem ter canais de irrigação, ou sem ter os dutos que levam a água à casa das pessoas.

Então é um projeto que, no início, nós havíamos pensado, talvez até de uma maneira ainda um pouco isolada, e na verdade nós estamos hoje com uma visão global desse projeto, ou seja, houve antecipação de metas e houve, ao mesmo tempo, a visão da necessidade da maior relevância a alguns desses projetos para que nós tenhamos então essa capacidade, do que eu disse no início, de entender que nós estamos reconstruindo o Brasil para que ele possa entrar no próximo século com uma confiança em si mesmo e com um projeto claramente nacional, um projeto que implica que nós estamos viabilizando o desenvolvimento sustentado e, ao mesmo tempo, sem esquecer nunca o controle da inflação. A oposição, ou bem se controla a inflação ou bem se desenvolve o País, desaparece.

Nós estamos desenvolvendo o Brasil de forma sustentada sem fazer ganstâncias, utilizando os recursos da melhor maneira possível, maximizando a nossa capacidade de avançar. E, para isso, nesse sistema de gerenciamento, que foi instaurado aqui, nós estamos, também, reduzindo os custos. Aí estão alguns exemplos, no caso do gasoduto Bolívia/Brasil, nos dois lados há, mais ou menos, US\$ 100 milhões que foram economizados através da redução de custos, uns 70% disso no Brasil e o resto na Bolívia. E o projeto hoje não é projeto, é uma realidade.

Ainda recentemente conversei com um dos produtores dos tubos. Ele tem no pátio da fábrica dele, 200 km de tubo. E nós fomos lá lançar esse projeto na Bolívia recentemente. E dentro da meta prevista o gasoduto vai ser feito e eu espero, também, que o Dr. Rennó nos dê a boa notícia que Urucum também vai ser feito, e dentro da meta prevista faremos também a utilização do gás de Urucum, mas com redução de custo. O mesmo vale para o Pró-Água, onde houve sensível redução de custo de projetos individuais, aqui para dar alguns exemplos, na compra de conexões de tubos, na irrigação de Brumado, na Bahia, houve uma redução de 31%. Em Genipapeiro, no Ceará, 37%. No açude de Serrinha, em Pernambuco, 35%. Na adutora do Oeste, 40%.

Quer dizer, é uma redução considerável de custos e nós estamos vendo isso, e portando, também, nesse novo modelo de irrigação e esse modelo de irrigação é algo muito importante, porque se trata de um modelo no qual a iniciativa privada e a empresa participam, de tal maneira, que não se faça uma irrigação cujos custos sejam impossíveis de serem atendidos pela produção, pelo tipo de produção da pequena unidade familiar, muitas vezes de subsistência, que não é capaz de produzir o suficiente para compensar o custo. Neste novo modelo nós fazemos alguma coisa em que não existe nem o assistencialismo suposto do poder público, nem somente a grande empresa, mas uma combinação entre uns e outros e sempre pensando na questão da redução de custos.

Bom, mais ainda, como eu disse aqui, nessa visão que nós temos, do planejamento, existe a indução de decisões privadas de investimento. Eu mencionei o porto de Sepetiba, mas vou mencionar mais dois, mais duas atividades que são, eu creio, marcos mesmo do modo pelo qual nós estamos retomando uma visão de meta, uma visão de crescimento e desenvolvimento do Brasil: hidrovias do Madeira. Já gosto ir lá ver. Se tiverem a possibilidade de ir tanto a Porto Velho, quanto a Itacoatiara, no Amazonas, vale a pena ver o que aconteceu. É uma indústria, um setor privado, uma empresa, a Maggi, que fez o porto granelero. Tanto em Porto Velho quanto lá em Itacoatiara.

O poder público está regularizando a hidrovias. Regularizar a hidrovias não é custo, mas requer atenção ao meio ambiente, requer, também, o caso do que nós estamos fazendo lá, nessa zona toda, na introdução de técnicas novas, de tal maneira que nós possamos, por satélite, controlar o fluxo, de tal maneira que possamos, também, viajar com mais segurança à noite. E requer que haja barcaças especializadas para o transporte.

O BNDES financiou as barcaças. E hoje, já estão as barcaças andando de Porto Velho, pelo rio. Sob o Rio Madeira. São 3 mil km. Sob o Rio Madeira, entra no Amazonas, chega em Itacoatiara, entra de novo no porto granelero e em Itacoatiara. Vem os grandes navios que vão até Rotterdam. E eu pude ter a alegria de ver o embarque da primeira remessa de soja que tinha vindo do Brasil, do oeste lá de Rondônia. Chegou lá, foi embarcada para ir embora para Rotterdam. É uma redução do custo de 30% do custo por tonelada de soja, o que vai permitir uma competitividade muito maior da nossa produção.

A Ferronorte, a mesma coisa. A Ferronorte é um esforço conjunto do governo de São Paulo, do governo da República, do BNDES, dos Fundos de Pensão da iniciativa privada e de todos os senhores que estão envolvidos nesse processo e que sabem as dificuldades infinitas que há para que se possa viabilizar um programa desta natureza. A Ferronorte foi também um sonho, um sonho que quase fracassou, por muitos percalços, tinha alguns gargalos. O principal gargalo era saber se realmente haveria ou não uma ponte que pudesse ligar, por ferrovia, Mato Grosso a São Paulo, atravessando o Rio Paraná, isso lá quase pertinho de Minas Gerais, na confluência de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Isso foi feito. Mas até dezembro já estará a ponte totalmente concluída.

Eu estive lá semana passada para verificar e, efetivamente, assim é. É uma ponte que me impressionou porque o engenheiro operador, um americano que vai operar a obra mais adiante, me disse que ele não conhece outra ponte que tenha estacas numa profundidade tão grande. A lâmina d'água tem 57 metros, 60 exagero do Ministério dos Transportes... Tem 57 metros de profundidade e eu perguntei quantos metros tinham as estacas da ponte Rio/Niterói, dentro da água. Na Rio/Niterói são 47. Normalmente quando a lâmina d'água é tão alta o que se faz são pontes péncias. Mas atravessar com ferrovia não é fácil. Fizeram, é uma solução nova, engenharia nacional, foi preciso trazer uma draga nova lá da Holanda para poder bater as estacas. A ponte está feita, e dentro de pouco tempo nós vamos ver, é uma rodoferrviária, que tem uma ferrovia e tem, também, uma rodovia, e quando estiver terminado, que vai ser já, e porque vai ser terminado, os investidores privados tomarão ânimo, de novo, com um pouquinho de injeção do BNDES, naturalmente, e os primeiros 100 km que vão ligar essa ponte até a fronteira entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no alto Taquari, os primeiros 100 km, vão ser feitos já. Depois vão até lá, ao Mato Grosso. Mas já, agora, na próxima safra, se tudo correr bem, esses 100 km iniciais de Mato Grosso estarão prontos e o que é muito importante para nós, é que essa ferrovia entra com a Fepasa.

E a Fepasa vai ser federalizada, se é que já não o foi, na questão das dívidas de São Paulo e com a Fepasa federalizada, ao fazer-se agora a concessão da Fepasa, vai ser

uma grande valorização, que a Fepasa vai trazer esses grãos do Centro-Oeste do Brasil para o porto de Santos. Os carioques podem que vá para Sepetiba também, mas em homenagem ao governador Mário Covas eu falo do porto de Santos porque, realmente, o ramal é outro. E isso não só vai valorizar muito a Fepasa, como vai efetivamente permitir, de novo, um barateamento grande de custos de produção. E aí está-se vendo isso. São decisões privadas que foram induzidas a serem feitas, porque houve a decisão pública da realização da obra.

Bom, na verdade, isso, para funcionar, e está funcionando assim porque existe um sentimento de missão na equipe gerencial. Isso é muito importante. Pode parecer, para os senhores que estão habituados a viver como gerentes, que isso é trivial. Mas não é trivial para o Brasil. Colocar esse conjunto de pessoas, respeitando as autoridades dos Ministérios e transformando, ao mesmo tempo, o gerente na pessoa-chave e havendo um sistema, que os senhores sabem que é um sistema que permite uma certa centralização, que até eu posso ver aqui, em cima, pelo computador, o avanço da obra, e motivar tudo isso e fazer, transformar o gerente não apenas no homem que executa uma tarefa pequena, mas no homem que tem noção do conjunto do que está sendo feito, fazê-lo sentir-se parte de um projeto nacional e, ao mesmo tempo, transformar o gerente num motivador da ação da sociedade é algo fundamental, que está sendo conseguido.

Eu confesso que, no ano passado, quando nós reunimos, nesta mesma sala, tudo isso ainda era um pouco desengaçado. Hoje, já é alguma coisa que está se vendo que tomou jeito, tomou forma e começa a andar, de uma maneira bastante consequente. Eu acho que esse sentimento é um dos elementos mais importantes do projeto Brasil em Ação, porque, na verdade, nada funciona sem que haja a ação humana, sem que haja motivação, sem que haja a inter-estimulação, sem que se perceba que as metas estão sendo alcançadas.

Eu confesso que, no ano passado, quando nós reunimos, nesta mesma sala, tudo isso ainda era um pouco desengaçado. Hoje, já é alguma coisa que está se vendo que tomou jeito, tomou forma e começa a andar, de uma maneira bastante consequente. Eu acho que esse sentimento é um dos elementos mais importantes do projeto Brasil em Ação, porque, na verdade, nada funciona sem que haja a ação humana, sem que haja motivação, sem que haja a inter-estimulação, sem que se perceba que as metas estão sendo alcançadas.

Os que não estão alcançando as metas, que percebam também que não estão alcançando, para que se possa corrigir a programação. A programação não é alguma coisa que deva ser definida de uma maneira estática. Às vezes, se muda o objetivo. Às vezes, até se deixa à margem um ou outro programa, se substitui um programa pelo outro. Enfim, é um corpo vivo em funcionamento. E eu queria assinalar isso com muita ênfase.

Agora, nós temos que enfrentar novos desafios. Entre eles, buscar uma intensificação da gestão, para chegar-se a resultados. Veja, aqui houve uma modificação importante na relação entre a gerência, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, a disponibilidade de recursos. Os recursos estão sendo distribuídos na medida em que as obras avançam fisicamente ou em que as metas vão sendo alcançadas. No caso dos programas sociais. Não se trata, simplesmente, de ter o recurso disponível. Às vezes tem-se o recurso e não se usa o recurso. Não. Aqui, tenha a certeza de que, alcançada a meta, tem o recurso. Quando existe o carimbo do Brasil em Ação, essa é uma garantia de que haverá o recurso.

Isso é importante para o gerente, mas é importante também para o setor privado que vai participar do conjunto de operações induzidas por essas obras. E isso barateia o custo. Barateia o custo porque, realmente, não existem mais os cálculos desnecessários: "Ah, mas não veio o recurso. Então, vou pedir mais, porque, se não pedir... Assim, eu guardo um pouquinho..." Essa, a enorme confusão que caracterizou a Administração no período inflacionário. Nós estamos aumentando o grau de previsibilidade, de racionalidade na gestão.

Então, eu acho que essa mudança tem dado resultados muito positivos. E, como já mencionei, é fundamental também para a mobilização dos investidores privados. E o papel dos senhores: nessa mobilização tem sido muito grande, para atrair os investidores.

Eu conversei, muitas vezes, com algumas pessoas ligadas ao projeto da bacia Tietê-Paraná. Diga-se, de passagem, que vai ser terminada a eclusa de Jupia, também agora, no fim do ano. E isso é uma obra fantástica, porque essa Hidrovia Tietê-Paraná corta a área mais rica do Brasil. Bem, eu conversei muitas vezes com investidores privados dessa região. Foram feitos seminários, foram feitas exposições aqui, no Brasil, fora do Brasil, para atrair recursos para atrair capitais. Bem, em cada uma dessas obras — tomemos, aí, qualquer delas, a Ferronorte ou a obra relativa à hidrovias que mencionei, do Madeira — elas são eixos que dão margem a muitas outras operações, a muitos outros investimentos, vão potencializar muita coisa.

Então, eu acho que, outra vez, aqui é importante que haja a divulgação de que se está fazendo, registro do que se está fazendo, a discussão do que se está fazendo, mostrar quando os projetos são bem-sucedidos, e assim por diante. E é preciso também — o que está dito ali — o aprofundamento do caráter estratégico das obras que estão sendo feitas. O que significa isso? Que, se nós tivermos a capacidade gerencial e motivacional de explicar bem o que está sendo feito, o que vai acontecer é que tem muita coisa que não está sendo feita ainda e há os *missing links*, os pedacinhos que faltam ser feitos.

Por exemplo, às vezes, uma pequena estrada, como numa outra área, aqui, no Sul, em Itumbiara, em Goiás, uma pequena estrada que permite uma ligação da produção da zona sul de Goiás em Minas, e daí, tem interligação ferroviária e até vai para o porto de Vitória. Ou um caso mais famoso e talvez mais complexo, que é a questão, lá em cima, no Nordeste, da Transnordestina, de uma ligação entre Salgueiro e Petrolina, que não existe, vai viabilizar a ligação da hidrovias do São Francisco com o porto de Suape, lá em Pernambuco.

Quer dizer, na medida em que nós fomos avançando nessa primeira abordagem sistemática ao redor de eixos, nós vamos descobrir que há novos eixos ou que há pequenas alterações que vão propiciar grandes avanços. E, enfim, é isso que estou chamando de aprofundar o caráter estratégico da nossa ação.

Claro aqui eu mencionei, porque não queria cansá-los — os senhores sabem, talvez melhor do que eu, muitos desses projetos — alguns só desses projetos. Na verdade, eles são muito mais numerosos. E, por isso, pedi que voltassem aqui, ao mapa, que, infelizmente, não dá para eu enxergar muito bem, mas os que puderem enxergar melhor vão ver que nós estamos ali com, primeiro, nós temos as hidrovias, que já estão ali desenhadas, e algumas das estradas fundamentais que estão cobertas pelo Programa Brasil em Ação. Podem ver... Acho que vou olhar lá, porque fica mais fácil.

Podem ver, aqui, a hidrovias Madeira e do Amazonas (...). Na verdade, por aqui está Itacoatiara. Essa estrada vai servir também, se se quiser ter acesso ao porto de Itacoatiara. Isso aqui é a 374. E vai mudando, de 169, que pega uma estrada muito importante, que pega toda essa região de Mato Grosso, Rondônia, vai ao Acre. Não estou mencionando o fato de que dentro do Acre nós estamos fazendo estradas. Não estou mencionando que aqui, no Amapá, porque não é do Brasil em Ação, mas vamos fazer estradas, ligando lá para cima, para a Guiana. Nós estamos aqui. Onde está Tocantins? Está aqui. Tocantins-Araguaia, que vai entrar para sair em Itaquaiara, no Maranhão. Essa hidrovias teve um pequeno atraso por causa do problema ambiental. Foi corrigido, graças a esse sistema de informação e interestimulação. Vamos terminar essa hidrovias.

No futuro, vamos resolver, mais tarde, outro problema, que vai ser a eclusa necessária para que nós possamos também ter um braço que saia lá, pelo Pará. Aqui, no Pará — aqui não está marcado — mas estamos fazendo a linha de transmissão de Tucuruí, que vai beneficiar toda essa região do Pará. Estamos fazendo a interconexão da eletricidade, por aqui. Estamos, aqui, no Rio São Francisco, aquilo que disse aqui — onde é que está Pernambuco? Aqui. Está aqui. Precisamos fazer uma pequena ligação aqui.

Bem, aqui, essa questão de São Paulo. As estradas que estão mencionadas. Enfim, vê-se que estamos fazendo um novo desenho do esqueleto básico de infra-estrutura do Brasil. Isso, porque nós não estamos pondo aqui onde é que está a Bolívia? Está aqui, assim — vem para cá o gasoduto. O outro gasoduto, que vem daqui e que vai resolver a questão de Rondônia e da margem de cima do Amazonas, da margem esquerda do Amazonas.

Enfim, se se for projetar os vários mapas contendo conjuntos de redefinições estratégicas que estão sendo feitas no Brasil — e é bom que o Brasil todo saiba disso — ver-se-á que, daqui a 5 ou 10 anos, esse aqui é um outro país. É um país com muito mais musculatura, um país capaz de dar, realmente, saltos muito grandes. E quando nós falamos em desenvolvimento sustentado, nós estamos dizendo isso. Nós estamos fazendo um desenvolvimento que não queremos que seja um desenvolvimento à base de crescer e baixar, crescer e cair. Não é por isso que é importante esse deslocamento do conjunto dos nossos investimentos para as áreas de infra-estrutura, para as áreas de bens de capital.

Infelizmente, não se pode botar nesse mapa toda a transformação social. Mas não há nada mais equivocado do que pensar, primeiro, que o programa do governo se resume à moeda. Claro que a moeda é essencial. Segundo que, para fazer o desenvolvimento, nós teríamos que aumentar o déficit fiscal. Não estamos aumentando o déficit fiscal. Estamos fazendo dessa maneira, mobilizando recursos da própria sociedade. Terceiro, que isso é feito em detrimento do social. Quando é o oposto, isso é feito junto com uma grande transformação que será visível na área da saúde, basta olhar os índices de queda de mortalidade infantil. Na área da educação, basta dizer que nós estamos nos preparando para tirar as crianças todas da rua, todas terem escola, um curso primário, fora as outras modificações. E um conjunto grande de ações, basta dizer o que estamos fazendo no Nordeste com o pequeno produtor, acesso à água. Enfim, um redesenho deste país.

Bom, eu acho que para um ano de trabalho eu não tenho mais o que felicitar. Felicitar ao ministro Kandir, que foi quem realmente motivou e organizou esse processo todo. Eu outro dia mencionei o doutor Silveira, no discurso que fiz lá em Santa Fé, porque eu mencionei-o eu mencionei todos os gerentes e agradeço a todos pelo empenho com que estão ajudando essas transformações. Mas eu não posso mencionar um por um, para que os Pais saiba que essas coisas não se fazem simplesmente porque o presidente mandou, ou porque o Congresso deu os recursos. Faz porque tem gente, digamos, que está comprometida com o que está fazendo.

E queria também lhes dizer que isso significa que nós estamos mudando o modo como o governo opera. Como a Administração opera. Como o Estado opera. Aqui estão pessoas de setores muito distintos: financeiro, setor de energia elétrica, setor de petróleo, saúde, educação, habitação, enfim setores os mais variados. E juntos. Eu me esquecia já da Reforma Agrária quando olhei para o Raul e para o Seligman. Enfim, juntos. Não há outro jeito, quer dizer, as atividades têm que se coordenar, têm que se integrar. Coordenadas, integradas, tendo um propósito muito claro, tendo uma moeda estável, tendo um governo que combate o desperdício e, sobretudo, a corrupção, eu não tenho dúvida nenhuma de que nós vamos fazer uma nova sociedade, um novo país para que possamos realmente, ao terminar as nossas tarefas, que vão terminar em épocas distintas, a minha termina em um ano e meio, a de vocês vai levar alguns anos, muitos anos, porque muitos são de carreira, ao terminar as nossas respectivas tarefas nós possamos, não é ter o reconhecimento, é estar-mos contentes porque estamos fazendo. Reconhecimento, às vezes, vem às vezes não vem, depende de como seja observado. Mas o que nós não podemos é não estar-mos dentro de nós mesmos convencidos de que estamos fazendo o melhor.

Eu quero dizer que eu estou convencido de que vocês estão fazendo o melhor. Muito obrigado.